

# Compartilhar



ano 1 • número 4 • julho/agosto de 2013

Ser AMMA é informar



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS  
DO MARANHÃO



Movimento pela valorização da  
Magistratura mostra força e união  
**Página 4**



AMMA cobra esclarecimentos sobre  
obras inacabadas de fóruns  
**páginas 6 e 7**

## Eleições diretas para os Tribunais mobilizam magistrados do Maranhão



Começa a construção do salão  
de festas da sede do Calhau  
**página 12**

## Associativismo com parceria

A AMMA surgiu para congregar magistrados, homens e mulheres responsáveis pelo julgamento de outras pessoas, mas, acima de tudo, cidadãos que queriam, tanto quanto os demais, uma sociedade em que o exercício dos direitos e deveres fosse uma realidade prática ao conjunto da população e não um privilégio de alguns.

O primeiro magistrado a presidir a AMMA foi o desembargador Moacir Sipaúba da Rocha, que, com determinação, imprimiu os passos iniciais para a construção de uma entidade que nascia para auxiliar o magistrado na tarefa de distribuir Justiça.

Em seus 42 anos de existência, a entidade também esteve sob a liderança de magistrados e magistradas do porte e da altivez de João Manuel Assunção e Silva, José Joaquim Ramos Filgueiras, Carlos Cesar Berredo Martins, José Pires da Fonseca, Raimundo Everton de Paiva, Etelvina Ribeiro Gonçalves, José Ribamar de Castro Ramos, Sonia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira e José Brígida da Silva Lages.

Todos, ao seu tempo e à sua forma, contribuíram para que a Associação dos Magistrados do Maranhão se transformasse em uma das mais representativas do país. Do debate pela cidadania plena, do aperfeiçoamento técnico-científico e cultural dos magistrados, da luta pela remuneração digna, da representação judicial e extrajudicial, passando pela prestação de serviços e pela confraternização da classe, a entidade tem cumprido o seu papel institucional.

O grande salto simbolizando um corte histórico na atuação da AMMA foi dado no decorrer da presidência do juiz Ronaldo Maciel que teve o mérito de apresentar reivindicações que se estendiam além daquelas de natureza corporativa e social, para se encontrar com as causas iniciais que justificaram a fundação da entidade: o “aprimoramento e aperfeiçoamento do Judiciário maranhense”.

A realização de concurso público para servidores, a melhoria das condições de trabalho dos juizes, a luta pelo fim do nepotismo, o tratamento igualitário entre os magistrados de primeiro e segundo grau, a profissionalização da administração judiciária, entre outros pontos, foram demandas cruciais e que sacudiram os alicerces da centenária Corte.

A dialética de forças produziu resultados benéficos para o Judiciário do Maranhão. Temos hoje fóruns modernos, uma administração judiciária profissionalizada, índices de produtividade que nos coloca em destaque no cenário nacional e estamos avançando na melhoria das condições de trabalho do magistrado.

É certo que temos muito a conquistar. Dotar todas as comarcas do estado com estrutura adequada de trabalho humano e material, tornar mais transparente o processo de promoção/remoção por merecimento, aprimorar o sistema eletrônico de colheita de dados processuais, garantir o pagamento dos benefícios pecuniários a que faz jus a magistratura e aumentar o número de juizes são, entre outras, demandas que preenchem a pauta associativa.

É com essa proposta de gestão propositiva que a AMMA tem buscado o apoio do Tribunal de Justiça para implementar ações que visem à melhoria da prestação jurisdicional e ao aperfeiçoamento dos juizes. A parceria tem rendido bons frutos, sem que a Associação perca a sua identidade e abra mão de sua independência.

**Gervásio Santos**  
Presidente da AMMA

# Enaje reunirá juizes de todo o país em Florianópolis



Com o tema “Magistrado - Garantidor da Democracia”, será realizado, no período de 24 e 27 de outubro, em Florianópolis (SC), o V Encontro Nacional de Juizes Estaduais (ENAJE), promovido pela AMB. O maior encontro da magistratura brasileira reunirá juizes e desembargadores de todo o país. Os associados da AMMA interessados em participar do evento já podem fazer suas inscrições pelo site oficial do evento [www.amb.com.br/enaje](http://www.amb.com.br/enaje).

O V Encontro terá a participação de renomados juristas que, por meio de um amplo debate sobre pautas atuais e de interesse da Magistratura, discutirão o papel do juiz como agente fundamental à consolidação dos direitos primordiais e constitucionais de todo cidadão.

Durante os quatro dias, os participantes terão a possibilidade de

aprofundar seus conhecimentos, auxiliando na consolidação de uma Magistratura estadual una e forte. Contudo, mais que um espaço de formulação e de aprimoramento do saber jurídico, o encontro possibilitará aos magistrados estaduais dialogarem em prol da conquista de novos rumos para a categoria e para a Justiça no Brasil.

Além da rica programação científica, o encontro terá intensa atividade cultural, o que permitirá agradáveis momentos de confraternização.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, chama atenção para o número reduzido de vagas e convida todos os magistrados do Maranhão a participarem desse momento de solidificação de uma Magistratura engajada e comprometida com o jurisdicionado.

### Reservas

Contatos: 0800 604 6300

(61) 2103 9025 ou (65) 8146-0888

[operadora01@dreamsturismo.com.br](mailto:operadora01@dreamsturismo.com.br)

[operadora02@dreamsturismo.com.br](mailto:operadora02@dreamsturismo.com.br)

[operadora04@dreamsturismo.com.br](mailto:operadora04@dreamsturismo.com.br)

[operadora05@dreamsturismo.com.br](mailto:operadora05@dreamsturismo.com.br)

## Expediente

Jornal Compartilhar é o informativo bimestral da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA.  
Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190. Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073  
E-mails: [amma@amma.com.br](mailto:amma@amma.com.br) • [ammaimprensa@gmail.com](mailto:ammaimprensa@gmail.com)

### Diretoria Executiva - biênio 2013/2014

Gervásio Protásio dos Santos Júnior - Presidente  
Marcelo Silva Moreira - 1º Vice-Presidente  
Ángelo Antônio Alencar dos Santos - 2º Vice-Presidente  
Adelvam Nascimento Pereira - 3º Vice-Presidente  
Marilse Carvalho Medeiros - Secretária-Geral  
Clênio Lima Corrêa - Secretário-Adjunto  
Carlos Veloso - Tesoureiro-Geral  
Lavinia Helena Macedo Coelho - Tesoureira-Adjunta

### Membros do Conselho Fiscal

Andréa Furtado Perlmutter Lago  
Luís Carlos Dutra dos Santos  
Celso Orlando Aranha Pinheiro Junior  
Jorge Antônio Sales Leite  
Holidice Cantanhede Barros

### Suplentes do Conselho Fiscal

Artur Gustavo Azevedo do Nascimento  
Ana Beatriz Jorge de Carvalho  
Cyrilo Anselmo de Freitas

### Jornalista Responsável

Jacqueline Barros Heluy - DRT 840 MA  
Assistente: Zaira Almeida

### Fotos

Biné Moraes

### Projeto Gráfico

Ideia Propaganda & Marketing

### Diretor de Arte

Márcio Veiga

### Diagramação

Wemerson Duarte

# Associados têm novo espaço de atendimento



Magistrados reunidos na inauguração da Sala da AMMA no fórum

Os associados já têm ao seu dispor mais um espaço dotado de toda a estrutura e conforto necessário ao bom atendimento. Trata-se da Sala da AMMA no Fórum do Calhau, inaugurada com a presença de magistrados do interior e da capital. A sala é um espaço cedido pela Diretoria do Fórum, atendendo a um pleito da Diretoria Executiva.

Durante a inauguração, o primeiro vice-presidente da Associação, juiz Marcelo Moreira, destacou que o espaço dos associados é mais uma conquista da AMMA no primeiro ano da atual gestão.

Para o diretor do Fórum Sarney Costa, juiz Sebastião Bonfim, o espaço significa a realização de um sonho. “Este é mais um espaço para dialogar, para darmos o nosso feedback e resolver problemas inerentes à AMMA. É uma sala para todos nós magistrados”, afirmou.

Presente à solenidade, o desembargador José Luís Almeida falou sobre a importância de avançar sempre na melhoria da prestação jurisdicional. “O juiz tem que estar à frente do seu tempo, assim como a Associação dos Magistrados. Temos que nos unir para saber o que podemos melhorar. O problema que aflige o cidadão é o acesso ao Judiciário e a entrega do provimento jurisdicional, que são

direitos fundamentais, os quais nós também buscamos”, destacou.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, agradeceu a presença de todos os magistrados, cumprimentando a juíza Isabella Martins Lago, que representou o corregedor-Geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e a juíza Francisca Galiza, que representou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. Em seguida, fez um agradecimento especial ao diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, juiz Sebastião Bonfim.

“Esta sala, este sonho, este espaço do associado, se deve ao desprendimento do Bonfim, espaço onde podemos congregar, resolver problemas associativos, facilitar a comunicação entre a AMMA e seus associados”, pontuou.

## A sala

O novo espaço do associado no Fórum dispõe de uma secretária, telefone, computador e uma vez por semana o presidente Gervásio Santos e outros diretores despacharão na Sala da AMMA. No local, os associados recebem o mesmo atendimento oferecido na Secretaria da rua do Egito, com a mesma eficiência na prestação dos serviços.

Fique por dentro das notícias da AMMA. Acompanhe diariamente as nossas informações no site [www.amma.com.br](http://www.amma.com.br)



A Diretoria Executiva da AMMA decidiu adotar todas as providências necessárias, caso o Tribunal de Justiça não observe, integralmente, a Resolução nº 106, no que diz respeito à distribuição de notas para promoção e remoção de juízes pelo critério de merecimento. A AMMA quer que seja observado, também, o teor da consulta que foi feita pelo próprio Tribunal ao Conselho.



O Projeto “Dia do Jovem na Justiça”, idealizado pelo juiz André Bezerra Martins Ewerton, ganhou destaque na Assembleia Legislativa, após aprovação da Indicação de nº 174/2013, apresentada pelo deputado Fábio Braga (PMDB) em 16 de maio de 2013, por meio do qual o parlamentar congratula o magistrado pela iniciativa, ressaltando a importância do projeto para a sociedade maranhense.



Em requerimento ao CNJ, a AMMA pleiteia que seja ajustada a Resolução nº 176, que institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, do qual faz parte o Comitê Gestor do Conselho. A AMMA quer que o referido Comitê passe a contar com a presença de um representante de associação de classe, de forma a permitir maior representatividade e voz aos juízes nos assuntos inerentes à segurança institucional.



O presidente da AMMA recebeu no dia 20 de junho a visita dos especialistas norte-americanos Charles Saba, Richard Rippey e Shene McSheehy, membros da Academia US Police Instructor Teams (US-PIT), acompanhados do diretor Adjunto de Segurança da AMMA, juiz Mário Márcio Sousa, do coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, juiz Paulo Assis, e do diretor de Segurança Institucional do TJMA, capitão Alexandre Magno.



Em sessão administrativa realizada no dia 17 de julho, o TJMA decidiu abrir o prazo de 22 de julho a 2 de agosto para que os juízes atualizem o Themis de forma a efetuar o cadastro de todas as sentenças proferidas nos últimos 24 meses. A medida visa garantir que os juízes concorram a promoções e remoções, por merecimento, considerando a exigência de que as sentenças sejam identificadas por classe processual, conforme decisão do CNJ na consulta de nº 0003332-48.2013.2.00.0000.

# Movimento pela valorização da Magistratura mostra força e união

Com pouco menos de um mês de seu lançamento, o “Movimento Unidade e Valorização da Magistratura” mostrou força, união e determinação durante as mobilizações que foram realizadas pelas lideranças associativas, nos dias 10 e 11 de julho, no Congresso Nacional, para impedir que a PEC 53/2011 entrasse em votação no Senado Federal.

A PEC nº 53/2011 acaba com o princípio da vitaliciedade na Magistratura, pois pretende alterar o artigo 93 da Constituição Federal, excluindo a pena de aposentadoria compulsória para magistrados e membros do Ministério Público, os quais poderão perder o cargo por decisão administrativa, caso a proposta seja aprovada.

Após dois dias de diálogos com senadores de vários estados para que a PEC 53 não fosse levada à votação antes de uma ampla discussão, os magistrados que integram o Movimento assistiram na noite do dia 11 de julho, em plenário, o Senado Federal decidir pela suspensão da votação da matéria após a leitura do



Magistrados que integram o Movimento reuniram-se, em Brasília, com o senador Blairo Maggi

substitutivo apresentado pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), que incorporou ao seu relatório emendas que mantêm a vitaliciedade dos magistrados, com a disposição de que a perda do cargo ocorrerá somente por decisão judicial. Porém, o substitutivo contempla a pretensão da maioria dos senadores de acabar com a aposentadoria compulsória, por eles entendida como um prêmio. A votação da matéria foi adiada para agosto.

Presente nas reuniões que ocorreram no Senado, o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, que integra o “Movimento Unidade e Valorização da Magistratura”, declarou ser favorável à rejeição da PEC 53. Segundo ele, não se trata de defender a impunidade, mas que a eliminação da aposentadoria compulsória como pena, da forma como está proposta pelo Senado, não parece ser uma medida que possa contribuir

para a efetividade do sistema de penas aplicadas à Magistratura. “Ao contrário, produzirá a sua desestruturação”.

De acordo com Gervásio, para afastar a equivocada ideia de “impunidade”, bastaria somente tornar compulsório o ajuizamento, pelo Ministério Público, da ação para a perda de cargo nos casos em que houvesse ilícito penal, com processamento preferencial em relação às demais ações.

## Lançamento ocorreu em Brasília



Representantes do Movimento Unidade e Valorização da Magistratura

Lançado no dia 4 de junho, em Brasília, o “Movimento Unidade e Valorização da Magistratura” ganha cada vez mais força no seio da Magistratura nacional, contando, atualmente, com o apoio de 25 associações regionais e seis associações trabalhistas, cujo objetivo é a mudança completa nos rumos da Associação dos Magistrados Bra-

sileiros (AMB), com o resgate da credibilidade da entidade.

Os líderes do movimento afirmam que esse é um momento crucial devido à defasagem remuneratória, a falta de estímulo à carreira (ATS), a carga desumana de trabalho, a incompreensão da atividade por parte da sociedade e da mídia, e a cobrança cada vez

maior de metas e de relatórios por parte do CNJ.

Presente à solenidade de lançamento, o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, destacou a necessidade de resgatar o protagonismo da AMB, que segundo ele, é a voz política da Magistratura na defesa das prerrogativas indispensáveis ao exercício da função jurisdicional.

O líder do “Movimento Unidade e Valorização” e ex-presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), João Ricardo Costa, também destacou, durante ato realizado no dia 21 de junho, em Florianópolis (SC), a necessidade de recuperar a representatividade política da AMB para se fazer respeitar pelas demais instituições. “A Magistratura vem sendo submetida a um processo de desmoralização pública. Não podemos pactuar

com isso. Mais do que nunca a Magistratura precisa de uma entidade nacional forte, atuante e respeitada”, ressaltou o juiz.

### Manifesto

Durante a solenidade, houve o lançamento do “Manifesto aos Magistrados Brasileiros”, que aponta as principais preocupações da categoria, entre as quais, o aviltamento do subsídio; a sua desestruturação pela retirada do adicional por tempo de serviço (ATS); a adoção de medidas pelo Conselho Nacional de Justiça que automatizam a função do juiz; entre outras.

Para ler o manifesto na íntegra, basta acessar o site do movimento <http://www.unidadeevalorizacao2013.com.br/index.php/manifesto>.

# Vem aí o ato público por eleições diretas para os tribunais, dia 30 de agosto



Gervásio Santos reunido com representantes da Ajufe e Amatra XVI

“Democracia Já no Judiciário”. Este é o tema do ato público que será realizado no dia 30 de agosto, em São Luís, com o objetivo de mobilizar a Magistratura estadual, federal e trabalhista para a discussão acerca das eleições diretas para a Presidência dos Tribunais. A iniciativa é da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão (Amatra XVI) e a representação da Associação de Juízes Federais no Estado do Maranhão (Ajufe).

A escolha dos presidentes dos Tribunais por meio do voto direto é objeto da Proposta de Emenda Constitucional nº 187/2012, que

tramita na Câmara Federal, de autoria do deputado Wellington Fagundes (PR/MT), cujo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é o deputado Lourival Mendes (PT do B/MA).

O ato público será realizado no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa e pretende reunir, além de magistrados, deputados federais, a fim de que haja uma discussão conjunta e sensibilização para a importância da democratização do Poder Judiciário e os seus reflexos na melhoria da prestação jurisdicional. O evento deverá contar, também, com a presença de lideranças associativas de outros estados.

“Espero que a Magistratura estadual participe deste ato público, de modo a sensibilizar os nossos parlamentares federais sobre a importância das eleições diretas para a presidência dos tribunais. Tenho certeza de que a democratização interna do Judiciário terá excelentes frutos para a sociedade, pois permitirá um novo diálogo entre a cúpula e a base do Judiciário. Quem ganhará com isso é a população”, afirmou o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos.

O presidente da Amatra XVI, Gustavo Castro, defendeu a importância da união de forças para o fortalecimento do Judiciário. “Entendemos que a Justiça é uma e, nesse sentido, os projetos, sobretudo para o avanço da democracia, também devem estar em unidade. As eleições diretas para os tribunais abrem caminho para que o Judiciário se modernize tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo, na prestação jurisdicional”, destacou.

Para o juiz Federal Magno Linhares, a meritocracia torna mais

eficiente a prestação jurisdicional por parte dos juízes. “A democracia é a melhor forma de governo, apesar das imperfeições. Nesse sentido, as eleições diretas para os tribunais são uma forma de oxigenar o Judiciário, trazendo melhores dias para a Magistratura”, pontuou.

## Semana de Valorização do Magistrado

O ato público “Democracia Já no Judiciário” deverá integrar a programação da Semana de Valorização do Magistrado, a ser organizada pela AMMA no período de 26 a 30 de agosto, juntamente com outras atividades explicativas sobre o papel do magistrado, com visitas a escolas e universidades.

“Essas atividades visam não só sensibilizar os parlamentares e o público externo, mas também os próprios juízes no sentido de demonstrar que suas condições de trabalho e prerrogativas poderão melhorar com esse processo de democratização”, explicou o presidente da AMMA, Gervásio Santos.

## AMMA na luta pela aprovação da PEC



Gervásio, Rafael Menezes, Hadja Rayanne e o deputado Lourival Mandes

A mobilização para a aprovação da PEC 187/2012 está entre as ações da AMMA desde o início da atual gestão. Em março deste ano, o presidente Gervásio Santos, na companhia da presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), juíza Hadja Rayanne Alencar, e do diretor da Associação dos Magistrados do Estado do Pernam-

buco (Amepe), juiz Rafael Menezes, se reuniu com o relator da matéria na CCJ da Câmara Federal, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA).

Os magistrados explicaram ao parlamentar a importância da aprovação da PEC 187 para a democratização do Poder Judiciário e os seus reflexos na melhoria da prestação jurisdicional. Lourival Mendes

disse ter compreendido as razões da defesa do tema pela Magistratura nacional.

A PEC nº 187/2012 também foi um dos pontos discutidos na 11ª Reunião do Conselho de Representantes da AMB, realizada em março, em Brasília, que contou com a presença de Gervásio Santos e do 2º vice-presidente da AMMA, Ângelo Alencar dos Santos.

Como parte da estratégia pela aprovação da matéria, após a reunião, os conselheiros fizeram uma visita ao presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves, o qual se mostrou sensível à luta dos magistrados e disse que compreende a importância da democracia interna para o Judiciário e se comprometeu em pautar a discussão da matéria junto às lideranças da Casa.

## O que diz a PEC 187

A Proposta de Emenda Constitucional nº 187/2012 é de autoria do deputado Wellington Fagundes (PR/MT) e dispõe sobre as eleições diretas para os órgãos diretivos dos Tribunais de 2ª Grau. A PEC propõe que a eleição para os órgãos diretivos ocorra “por maioria absoluta e voto direto e secreto, dentre os membros do tribunal pleno, exceto os cargos de corregedoria, por todos os magistrados vitalícios em atividade, de primeiro e segundo grau, da respectiva jurisdição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução”.

# AMMA cobra esclarecimentos do tribunal sobre obras inacabadas de fóruns

A Associação dos Magistrados (AMMA) cobra do Tribunal de Justiça providências imediatas no sentido de dar prosseguimento a várias construções de fóruns que se encontram paralisadas em comarcas do Maranhão. Só este ano, a AMMA já encaminhou ao TJMA 11 ofícios cobrando celeridade e pedindo, também, que o Tribunal apure o motivo dos trabalhos terem sido suspensos e de alguns fóruns inaugurados recentemente estarem em condições precárias, com ameaça de desabamento.

“Esta situação é inaceitável. Os juízes, os servidores e os jurisdicionados precisam de explicações, pois são eles os maiores penalizados. É a sociedade que fica prejudicada, pois deixa de receber a prestação jurisdicional por falta de condições estruturais. Essa situação precisa ser esclarecida pelo Tribunal e as providências tomadas dentro do que prevê a lei de

improbidade administrativa”, declarou o presidente da AMMA, Gervásio Santos.

O Fórum Desembargador Bento Moreira Lima, em Colinas, é um exemplo de obra inacabada em comarcas do Maranhão. A construção do prédio foi iniciada em janeiro de 2012, com prazo de conclusão para 180 dias, mas até o momento o que existe são paredes de concreto abandonadas no meio de um terreno cercado por mato.

A placa indicativa da obra aponta o nome da construtora responsável - a Dinamarca Empreendimentos da Construção e Indústria Gráfica e o prazo previsto para o término.

Em recente visita à Comarca de Colinas, o presidente Gervásio Santos conheceu a obra inacabada do fórum, na companhia do juiz Marcelo Oka. Na avaliação dos dois magistrados, a estrutura foi concebida para ser uma das melhores unida-



Estrutura do prédio foi abandonada há mais de um ano em Colinas

des do Judiciário maranhense em termos de infraestrutura. “É lamentável que a obra esteja paralisada sem que nos tenha sido dada qualquer explicação”, esclateceu Oka.

O presidente Gervásio Santos já encaminhou requerimento ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior,

solicitando que ele direcione os esforços necessários para dar prosseguimento à obra, bem como realize as investigações cabíveis para apurar a responsabilidade da empresa Dinamarca Empreendimentos, que abandonou a construção, nos moldes do art. 87 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

## Fórum de Olinda Nova ameaça desabar

O Fórum Ministro Astolfo Henrique Serra, da Comarca de Olinda Nova do Maranhão, tem uma situação diferente de Colinas, porém, os prejuízos para a sociedade são os mesmos. O prédio é novo, tem pouco mais de três anos, mas teve que ser interditado no dia 26 de junho devido às péssimas condições estruturais, inclusive com risco de desabamento.

A interdição foi determinada pela juíza Anelise Nogueira Reginato, titular da referida comarca, por meio de portaria 36/2013. A magistrada encaminhou ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior, solicitando providências urgentes para sanar os problemas que ocasionaram a interdição.

A magistrada esclareceu que desde a sua titularização na comarca, em julho de 2011, vem solicitando providências, mas que até o momento nada de concreto foi fei-

to. Segundo ela, o prédio apresenta diversos problemas estruturais e funcionais, tendo sido constatado por um engenheiro do próprio TJMA o risco de desabamento.

De acordo com a juíza, por diversas vezes audiências deixaram de ser realizadas em razão dos problemas elétricos existentes, inclusive audiências com réu preso. A Cemar, segundo ela, atestou que as deficiências no sistema elétrico decorrem da precária estrutura funcional das instalações internas do prédio.

Anelise Reginato informou que no dia 17 de junho de 2013, a Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça, no Processo Administrativo nº 24868/2013, registrou que constatou na estrutura do prédio “problemas de ordem construtiva de responsabilidade da empresa Primor, que foi a detentora do contrato das obras do Fórum”, além de “problemas no projeto, abrangendo soluções não adequadas para

as redes de energia, causando problemas de estabilidade, tensão e dimensionamento de unidades de proteção e controle”.

Ainda segundo a magistrada, a deficiência da rede elétrica que havia sido comunicada por ela ao TJMA por meio do ofício 144/2012 – GJ em 15 de fevereiro de 2012, foi responsável pela queima de seis aparelhos de ar-condicionado, todos os nobreaks, uma impressora, um aparelho de

fax, um notebook, dois aparelhos de ar-condicionado e um microondas da casa da magistrada que mora no prédio anexo ao fórum.

No dia 24 de setembro de 2012, a juíza comunicou ao TJMA o agravamento dos problemas estruturais no fórum, apontando o risco de desabamento em razão das rachaduras nas vigas e colunas de sustentação, tendo sido requeridas providências sob pena de ser decretada a interdição.



Fórum de Olinda Nova apresenta graves problemas estruturais

# Obra do fórum de Porto Franco também está paralisada

Realidade semelhante ocorre na Comarca de Porto Franco, que já poderia contar com um fórum melhor estruturado se a construção do novo prédio, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 19 de agosto de 2011, já tivesse sido concluída. O prazo para o término da obra seria de 180 dias, mas a construção foi paralisada com menos de 60 dias de seu início.

O fórum está sendo construído pela empresa Console, que havia vencido a licitação e atrasou o pagamento dos operários, abandonando a construção que, atualmente, encontra-se tomada pelo mato e em franco processo de deterioração.

A precariedade da estrutura do fórum foi constatada *in loco* no dia 12 de maio deste ano pelo presidente e o 2º vice-presidente da AMMA, juízes Gervásio Santos e Angelo Antônio Santos. No dia anterior, o prédio teve que ser interditado em face das condições insalubres e da infestação de ratos que assolou o local.



A placa indica o prazo de conclusão da obra do fórum que até o momento não foi concretizada

A solução temporária para o problema foi a locação de um imóvel nas proximidades do antigo fórum, onde os juízes Donizete Baleiro e Armino Reis, titulares da 1ª e 2ª Varas, respectivamente, fizeram

o atendimento ao público de forma precária, em razão da arquitetura do local não ser adequada.

Ao visitar o local, o presidente Gervásio Santos declarou que o episódio é um retrato de desperdício

de dinheiro público. Segundo ele, a AMMA solicitou providências ao Tribunal no sentido de que sejam apuradas as responsabilidades da construtora e o ressarcimento ao erário dos valores que recebeu.

## Problemas já foram relatados ao TJMA

As obras inacabadas em fóruns de várias comarcas do Maranhão tornaram-se preocupação constante desde o início da atual gestão da AMMA. De fevereiro a julho deste ano, a Diretoria Executiva já encaminhou 11 requerimentos à Presidência do Tribunal de Justiça solicitando providências e cobrando soluções urgentes.

Os pleitos encaminhados pela AMMA este ano são referentes aos Fóruns de Santo Antônio dos Lopes, Barra do Corda, Paço do Lumiar, Santa Inês, Nova Olinda, Porto Franco, Senador La Roque, Colinas, Passagem Franca e Rosário, além de outros ofícios reiterando pleitos anteriores.

A AMMA relatou ao presidente do TJMA a situação precária em que se encontra o fórum de Barra do Corda, que foi alvo de

invasão em fevereiro deste ano, com furto de processos. O prédio está sem proteção, cujo muro é apenas uma cerca de arame farpado, portão de garagem quebrado, além de outras deficiências estruturais que facilitam a entrada de ladrões.

Sobre o fórum de Paço do Lumiar, a AMMA relatou à Presidência do TJMA que sejam adotados esforços no sentido de acelerar as obras iniciadas há um ano e seis meses, mas que se encontram sem previsão de término.

De acordo com levantamentos feitos pela AMMA, as condições de trabalho no local são precárias e a empresa Console, vencedora da licitação, não apresenta qualquer perspectiva de entrega da obra, o que dificulta inclusive o planejamento e a organização das

unidades jurisdicionais existentes.

Outro problema verificado é que a construção já se mostra insuficiente para o atendimento das reais necessidades da comarca, que apresenta volume processual muito além das demais em mesma situação.

Além das obras não concluídas, outro problema verificado pela AMMA e já relatado ao TJMA é o que ocorre no Fórum Desembargador Carlos Cezar de Berredo Martins, da Comarca de Passagem Franca, cujo titular é o juiz Davi Mourão.

Em ofício encaminhado ao TJMA, a AMMA informou que no final do ano passado uma equipe de engenharia do próprio Tribunal inspecionou o prédio e detectou a necessidade de reformas urgentes que seriam realizadas no

prazo de seis meses. Ocorre que, apesar do prazo expirado, não foram iniciadas as referidas obras de extrema necessidade para o funcionamento do fórum e, por conseguinte, para a adequada prestação jurisdicional.

### Fóruns com deficiência

Santo Antônio dos Lopes  
Barra do Corda  
Paço do Lumiar  
Santa Inês  
Nova Olinda  
Porto Franco  
Senador La Roque  
Colinas  
Passagem Franca  
Rosário

# Espetáculo junino de muit

A noite do dia 22 de junho foi especial para os associados da AMMA. Nessa data, foi realizado o tradicional e mais aguardado arraial junino de São Luís: o AMMARRIÊ 2013. Foram momentos de muita animação, alegrados pelos bois de Nina Rodrigues, Companhia Barrica e Barriquinha, além de comidas típicas e bebidas.

A animação esteve estampada, durante toda a noite, na fisionomia daqueles que caíram na festança do AMMARRIÊ, que já se consagrou como o melhor da temporada junina na ilha. Os associados e seus convidados puderam acompanhar a apresentação das brincadeiras juninas em um espaço amplo e confortável, como se assistissem a uma grande peça teatral.

A festança começou com a apresentação do forró pé-de-serra comandado por Frank do Forró. A

medida que a noite se prolongava, mais animação tomava conta do público que superou o dos anos anteriores. Em seguida apresentou-se o Boi Barriquinha com as crianças da Madre Deus mostrando com o seu bailado um pouco de cada uma das principais danças folclóricas de São Luís. Em seguida foi a vez dos índios e índias do Boi de Nina Rodrigues mostrarem a coreografia ao som de um dos mais bonitos e mais prestigiados bois de orquestra de São Luís.

A empolgação do público teve o seu ponto alto com a entrada, na arena de apresentação, do Boi Barrica, que com seu rico repertório conduzido por Zé Pereira Godão, fez uma evolução empolgante, levando o público a acompanhar o seu bailado. A noite junina na sede da AMMA deixou saudades e foi um verdadeiro espetáculo do folclore maranhense.





# a animação na sede social



# Judiciário mais próximo da sociedade



Juiz Marcelo Oka apresenta os números relativos à produtividade da comarca

As comunidades de Colinas e São Domingos do Azeitão, a cerca de 670 km de São Luís, passaram a ter uma nova visão do Judiciário, compreendendo com maior clareza as ações dos magistrados e serventuários da Justiça. Este resultado foi alcançado a partir das audiências públicas de prestação de contas promovidas nos dias 1º e 2 de julho pelos juizes Jorge Sales e Marcelo Oka, titulares das respectivas comarcas. Os dois eventos contaram com a presença do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos.

O primeiro a reunir a comunidade foi o juiz Marcelo Elias Oka, cuja audiência de prestação de contas das atividades jurisdicionais aconteceu no dia 1º de julho, no Clube Colinense, com a presença dos juizes Gervásio Santos, Clenio Correa Lima, Mirella César, Aureliano Coelho, Gladiston Cutrim e Frederico Feitosa.

Marcelo Oka explicou para a plateia - composta por membros do Executivo e Legislativo municipais, advogados, conselheiros tutelares, representantes de várias entidades e religiosos - que entrou em

exercício na comarca de Colinas em novembro de 2007, movimentando já naquele ano 328 processos e realizando 221 audiências.

Ele exibiu também imagens das condições estruturais do fórum no ano em que entrou em exercício na comarca e das condições em que se encontra hoje, após o mesmo prédio ter passado por pequena reforma, oferecendo atualmente melhores condições estruturais de trabalho para os servidores e de atendimento aos jurisdicionados.

Já no ano de 2008, o número de processos movimentados na comarca subiu para 466 e 806 audiências realizadas. Os números foram crescendo, o que demonstra que o trabalho realizado pelo magistrado e servidores do Judiciário de Colinas se manteve em ritmo célere.

O juiz apresentou o resumo do relatório de produtividade de 2009/2013 da comarca de Colinas, o qual confirma que foram distribuídos neste período 8.096 processos, efetivados 14.776 despachos, proferidas 1.416 decisões,

realizadas 6.151 audiências, além de 6.910 processos julgados, 5.885 arquivados e 45 júris.

A audiência contou com a presença da promotora da comarca de Colinas, Leticia Sales Freire, do prefeito Antonio Carlos Pereira, do presidente da Câmara Municipal, Sizóstenis Correia Lima, do representante da OAB, advogado Lamarcki Mendes Silva.

**8.096**  
processos distribuídos  
**14.776**  
despachos efetivados  
**1.416**  
decisões proferidas  
**6.151**  
audiências realizadas  
**6.910**  
processos julgados  
**5.885**  
arquivados  
**45**  
júris realizados

## Audiência em São Domingos do Azeitão

No dia 2 de julho foi a vez de o juiz Jorge Sales apresentar à população de São Domingos do Azeitão o resultado do trabalho por ele realizado em dois anos e seis meses de atuação na comarca. Em 2011 foram concedidos 1.124 despachos, 1.870 em 2012 e 1.123 até maio de 2013. Foram 533 audiências (2011), 694 (2012) e 173 até maio de 2013. Proferidas em 2011 463 sentenças, 573 em 2012 e 242 até maio de 2013. Ainda foram realizados dois júris, um em 2012 e outro este ano.

O magistrado afirmou que o Judiciário se preparou para prestar um serviço mais eficiente e rápido à população de São Domingos do Azeitão. Houve um investimento de R\$ 90 mil no ano de 2011 na reforma do fórum, que hoje oferece uma estrutura melhor de trabalho e de atendimento.



Juiz Jorge Sales esclarece as ações do Judiciário de São Domingos do Azeitão

Atualmente o juiz da comarca está atuando em parceria com a Prefeitura para a construção de uma delegacia na cidade, cuja obra já se encontra quase concluída. "Teremos uma delegacia com estrutura adequada para que possamos realmente fazer um processo de ressocialização e para que o cumprimento da pena se dê de forma tranquila".

Jorge Sales também informou à comunidade que a comarca só dis-

põe de um policial militar para ajudar no cumprimento de mandados judiciais e garantir segurança à população. "A insegurança em São Domingos do Azeitão chegou ao limite da tolerância", admitiu o magistrado.

Em 2011, segundo ele, dois policiais atuavam na cidade, mas desde que a única viatura capotou, há oito meses, o policiamento ficou reduzido a um soldado, situação que persiste até hoje.

**1.124**  
despachos em 2011  
**1.870**  
despachos em 2012  
**1.123**  
despachos até maio de 2013  
**533**  
audiências em 2011  
**694**  
audiências em 2012  
**173**  
audiências até maio de 2013  
**463**  
sentenças em 2011  
**573**  
sentenças em 2012  
**242**  
sentenças até maio de 2013

# Magistrados discutem alterações no projeto do Código de Processo Civil

Parceria da AMMA e Escola da Magistratura (Esmam) proporcionou aos magistrados maranhenses a oportunidade de debater as modificações apresentadas no projeto do Novo Código de Processo Civil. O simpósio, realizado nos dias 27 e 28 de junho, reuniu magistrados, membros do Ministério Público e advogados no auditório do Fórum Sarney Costa (Calhau).

A conferência de abertura do seminário ficou sob a responsabilidade do vice-presidente da OAB-RJ e doutorando em Direito Processual Civil, Ronaldo Cramer, que explanou sobre as principais características do Processo Civil Contemporâneo presentes no Projeto do novo Código de Processo Civil, cuja última atualização aconteceu em 8 de maio.

Compuseram a mesa de abertura o presidente da AMMA, juiz Gerônimo Santos, o diretor Acadêmico da entidade, juiz Holídice Barros, o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira, coordenador de Cursos de Pós-Graduação da Esmam e o doutorando em Direito Processual Civil e um dos organizadores do evento, Alexandre Freire.

Raimundo Neris, que na solenidade de abertura representou o diretor da Esmam, desembargador Marcelo Carvalho, destacou a parceria celebrada entre a Escola e a Associação dos Magistrados. “Nós da Esmam e da AMMA nos senti-



Mesa de abertura do Simpósio que se discutiu as alterações no projeto do código de processo civil

mos honrados em prosseguir com esse processo de aperfeiçoamento dos magistrados”.

Segundo ele, o Projeto do novo Código de Processo Civil é um tema tratado pela importância do novo ordenamento processual. “Certamente este seminário terá importância ímpar para todos os operadores do Direito”, finalizou.

## Temas Debatidos

primeiro dia foi pontuado pelas conferências “Precedentes Judiciais no Projeto do Novo CPC e Análise Econômica da Litigância”, com explanação dos professores Alonso Reis Siqueira Freire e Leonardo Albuquerque Marques, cuja mesa foi presidida pelo diretor Acadêmico da AMMA, juiz Holídice Barros; “Sistema de Multipartas e Tendências de Dimensiona-

mento da Litigiosidade Repetitiva”, apresentada pelo advogado e professor Dierle Nunes, da PUC-MG e da UFMG, sob a presidência do juiz Silvio Suzart; “A Tutela Antecipada no Projeto do Novo CPC”, que teve como expositor o desembargador Paulo Velten e debatedor o professor Sidney Rocha. Presidindo a mesa, o juiz Marcelo Moreira.

O seminário teve prosseguimento com as conferências “Processo de Execução e Cumprimento de Sentença”, que teve como expositor Gilberto Bruschi, doutor e mestre em Direito pela PUC-SP, e como debatedor o advogado Luís Eduardo Simardi, professor da PUC. A mesa foi presidida pelo corregedor geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

Foram debatidos, também, os temas “Recursos no Projeto do Novo CPC”, cuja explanação coube

aos professores Alexandre Freire, sob a presidência do juiz Frederico Feitosa; “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas”, pelo conselheiro do CNJ Bruno Dantas, que integra a Comissão de Juristas encarregada da elaboração do anteprojeto do novo CPC, e como presidente de mesa o juiz Ferdinando Serejo Sousa.

O Diretor Acadêmico da AMMA, juiz Holídice Barros, que idealizou e coordenou todo o evento, ao lado do professor Alexandre Freire, avaliou que o simpósio cumpriu com a sua finalidade de propiciar aos magistrados e ao corpo jurídico em geral a possibilidade de contínuo aperfeiçoamento. “A AMMA cumpre com seu objetivo estatutário de contribuir com o aperfeiçoamento do Judiciário. Talvez este seja o mais importante evento de Direito Processual do estado neste ano”, ressaltou.

## Parceria é destacada por juízes

“Temos que estar atualizados para que possamos dar nossas sentenças de acordo com as jurisprudências mais modernas que o nosso Tribunal tem aplicado. É uma forma de aprimoramento e aperfeiçoamento que só vem engrandecer o nosso trabalho.”



Rosângela Prazeres Macieira  
Juíza

“Foi importante porque nós tivemos a oportunidade de parar para refletir sobre as alterações no Código e contribuir com essa discussão para o amadurecimento profissional.”



Josane Braga  
Juíza

“Felicito esta salutar parceria entre a Esmam e a AMMA que permitiu a todos os magistrados do Maranhão a oportunidade de conhecer as novidades e os pontos cruciais da reforma do CPC.”



Nelson Moares Rego  
Juiz

# Começa a construção do salão de festas da sede do Calhau



Presidente da AMMA, Gervásio Santos, visita obras de construção do salão de festas que tem previsão para ser concluída no final deste ano

Em breve, os associados da AMMA terão mais um ambiente de conagração e lazer na sede social do Calhau. Trata-se do amplo e moderno Salão de Festas, cujas obras já estão em pleno andamento, com previsão de inauguração para dezembro deste ano, com a realização de uma grande festa de confraternização.

A instalação do canteiro de obras ocorreu no início de julho, com valor orçado em R\$ 17.127,75, no qual estão incluídas instalação mínima de luz e força para a obra, execução de gabarito, instalação de abrigo provisório de madeira para alojamento e depósito de materiais e ferramentas, ligação provisória de água para a obra e instalação sanitária provisória.

Em seguida, serão instaladas as fundações e estrutura, com colocação e acabamento de concreto estrutural, instalação de armadura de aço para estruturas em geral, escavação manual de vala, entre ou-

tras preparações estruturais, com orçamento total de R\$ 84.815,08. Segundo informações da Informar Construções e Consultoria Ltda, empresa contratada para a execução da obra, o prazo total de instalação de toda a estrutura inicial é de 90 dias.

O prazo estimado para construção de toda a obra é de seis meses. Serão 732 metros quadrados no total, sendo 117 metros destinados à construção de espaço para serviços como banheiros, cozinha e dependências de apoio e 615 exclusivamente para o salão, que terá capacidade para 450 pessoas.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, ao vistoriar a instalação do canteiro de obras, disse que a expectativa é que a festa de final de ano da AMMA seja realizada já no novo espaço da Magistratura maranhense. O objetivo do salão é também gerar renda para a Associação através da locação do espaço, que será privilegiado não

apenas por sua localização, mas porque se situará como um dos poucos salões de festas da cidade com estacionamento próprio.

Gervásio Santos destaca que a construção do salão de festas vem atender a uma aspiração dos asso-

ciados. “O salão de festas da sede social será um espaço confortável, climatizado e amplo, que possibilitará que, não apenas a Associação, mas também os seus associados possam realizar grandes eventos”, afirmou.

## Obra em sintonia com os associados

O complexo esportivo e social da AMMA foi construído aos poucos, sempre em sintonia com os anseios dos associados. Tudo começou com a conquista do terreno durante a gestão da juíza Sonia Amaral (2001/2002), o qual foi regularizado no primeiro mandato do juiz Ronaldo Maciel (2003/2004), quando, então, foi inaugurado o campo de futebol (2005/2006).

As instalações da sede social foram se ampliando com o passar dos anos e ganhando contornos de um moderno complexo esportivo. Na primeira gestão do juiz Gervásio Santos (2007/2008), foram construídos o vestiário, bar de apoio e estacionamento com capacidade para 100 veículos.

No final da segunda gestão (2010) de Gervásio Santos, foi inaugurado o complexo atual, que conta com quadras poliesportivas, piscinas e restaurante. Agora na terceira gestão, a sede atenderá a um antigo sonho dos associados, com a inauguração do salão de festas no final deste ano.

## Parceria para construção de sede administrativa

O diretor de Engenharia do TJMA, engenheiro Rui Barbosa Lima Sobrinho, apresentou ao presidente da AMMA, Gervásio Santos, o projeto arquitetônico da construção do prédio que abrigará um Juizado Especial, a Turma Recursal e a nova sede administrativa da Associação.

A obra será fruto de uma parceria da AMMA com o Tribunal, que consiste na cessão de parte do terreno da sede social para a construção do Juizado e da Turma Recursal. A proposta foi aprovada pela Diretoria Executiva e aprovada em assembleia-geral dos associados.

O projeto prevê a construção de

prédio em dois pavimentos com estrutura metálica, que oferece maior flexibilidade e menor prazo de execução. A sede administrativa da AMMA funcionará no pavimento superior, em área em torno de 500 metros quadrados. A previsão é que a obra seja concluída no prazo máximo de 150 dias, com entrega

até o final do ano. A proposta apresentada pela Diretoria de Engenharia do Tribunal será submetida formalmente à Assessoria Jurídica do TJMA, que fará as adequações necessárias do ponto de vista jurídico. O projeto final será submetido à nova aprovação da Diretoria Executiva da AMMA.